Trabalhos Científicos

Título: Alergia A Proteína Do Leite De Vaca: Avaliação De Conduta Terapêutica E Aplicabilidade Na Pediatria.

Autores: LETÍCIA REIS CAMPOS (UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO), AMANDA KAORI HARA (UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO), ANA HELENA SILVA CURY NASSOUR (UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO), FELIPE CINTRA VALENTIN (UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO), RENATO GONÇALVES FELIX (UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO), VINÍCIUS YOSHIOKA ITO (UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO)

Resumo: Introdução: A alergia à proteína de leite de vaca (APLV) ocorre quando o sistema imunológico dos lactentes rejeita as proteínas do leite supracitado, desencadeando sintomas respiratórios, dermatológicos e gastrointestinais. A incidência atual de APLV perfaz 5,4% dos infantes. Objetivo: Analisar a aplicabilidade das diferentes terapêuticas para APLV na faixa pediátrica. Materiais e métodos: Revisão bibliográfica executada por meio de busca eletrônica nos bancos de dados: Pubmed, Scielo e Lilacs, no período de 2002 a 2022, na faixa etária de recém-nascido até 18 anos de idade, sendo os artigos separados por tipo de tratamento mais utilizado e realizada comparação das ocorrências com o determinado na literatura aceita. Resultados: Foram selecionados 75 artigos do Pubmed, 8 no Lilacs e 5 na Scielo, e, após critérios de exclusão foi gerada amostragem final de 39 artigos compatíveis com nossa temática. O estudo das publicações da amostra salientou 3 grupos de terapêutica mais prevalentes: a fórmula extensamente hidrolisada (49%), fórmula de aminoácidos (54%) e dieta de exclusão materna e da criança (59%). Ressaltando que mais de um tipo de terapêutica foi citada em cada trabalho. Conclusão: Considerando os tratamentos mais utilizados para APLV, de acordo com os artigos selecionados, a dieta de exclusão foi a terapêutica mais indicada, o que corrobora a literatura atual. No tangente à utilização de fórmulas, a mais citada foi a extensamente hidrolisada, o que levanta dúvida sobre o motivo pelo qual os profissionais não seguem o que é indicado na última diretriz de 2017 para APLV. Tal situação abre margem para pesquisa futura que esclareça a discordância encontrada.